

Parlamentares adulteraram Orçamento

RUDOLFO LAGO
e DENISE ROTHENBURG

BRASÍLIA — O Ministério da Ação Social administra um orçamento superior em Cr\$ 25.624.368.000 ao aprovado pelo Congresso Nacional. Um grupo de parlamentares incluiu esse total depois de o projeto de lei do Orçamento ter sido aprovado pela comissão, em 17 de dezembro, e pelo plenário do Congresso, nas primeiras horas do dia 19. Durante um mês, O GLOBO comparou as emendas aprovadas pelo Congresso e o texto do Orçamento entregue dois meses depois pelo então relator geral da Comissão e atual ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, ao presidente Fernando Collor, que o sancionou sem vetos. A comparação revelou 65 emendas referentes à Ação Social, incluídas no orçamento sem terem sido examinadas pelo Congresso. O total dos recursos discriminados nas 65 emendas representa exatamente os Cr\$ 25,6 bilhões que engrossaram o orçamento do Ministério da Ação Social.

Também no Orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) foram encontradas irregularidades. Mas lá, em vez de inclusões foram verificadas exclusões. Saíram da SDR Cr\$ 39.663.200.000, destinados à construção de uma ponte sobre o rio Paranaíba (MG), que foram parar no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

A comparação realizada pelo GLOBO limitou-se ao orçamentos do Ministério da Ação Social e da Secretaria de Desenvolvimento Regional por serem os organismos que congregavam maior número de emendas. A análise de todo o Orçamento da União levaria meses.

A operação de transferência dos recursos da SDR ocorreu entre a aprovação final no Congresso e a sanção no Palácio do Planalto. No projeto de Fiúza, aprovado pelos senadores e deputados, os recursos ainda pertencem à SDR. Na lei orçamentária, publicada no Diário Ofi-

cial da União, o valor aparece no DNER. A operação com o orçamento da SDR traz ainda outras curiosidades, numa típica demonstração de trocar "gato por lebre". Saíram Cr\$ 39 bilhões, entraram Cr\$ 2.767.200.000 para "apoio à pavimentação de acesso ao colégio agrícola de Januária (MG)".

No caso da Ação Social, quem mais incluiu emendas após a aprovação foi o próprio relator geral, Ricardo Fiúza. Quatorze das 65 emendas são de sua autoria, num total de Cr\$ 5,128 bilhões. Há emendas para vários municípios em vários estados: Cr\$ 25 milhões para apoio à habitação popular em Cásia (MG), por exemplo, ou Cr\$ 20 milhões para infra-estrutura urbana em Nova Redenção (BA).

— Não sei a quem interessa esse tipo de alteração posterior ou quem são os beneficiados com isso. O fato é que isso prova que a votação do Orçamento não passou de um teatrinho. Não é possível que isso aconteça. Desse festa posterior à votação só participa uma confraria — disse o deputado Jacques Wagner (PT-BA), autor de requerimento já aprovado para a instalação de CPI para apurar as irregularidades na Comissão de Orçamento.

De fato, na lista dos que conseguiram aprovar recursos sem passar pelo crivo da Comissão ou do plenário, constam alguns dos nomes a quem sempre são imputadas acusações de ação privilegiada na esfera do Orçamento. Depois de Fiúza, dois parlamentares aparecem com cinco emendas aprovadas posteriormente: Basílio Vilani (PRN-PR), com Cr\$ 924 milhões, e José Santana de Vasconcelos (PRN-MG), com Cr\$ 970,2 milhões. Do grupo denominado "sete anões", aparecem Eraldo Tinoco (PFL-BA), com quatro emendas, e José Geraldo (PMDB-MG), com uma. Apesar do número de emendas menor, os dois ganham nos valores. As emendas de Tinoco somam Cr\$ 1.570 bilhão e a de José Geraldo (infra-estrutura urbana na Via Leste-Oeste de Belo Horizonte), Cr\$ 2,77 bilhões.